



José Xavier Mousinho da Silveira

José Xavier Mousinho da Silveira, estadista e legislador do liberalismo em Portugal, nasceu em Castelo de Vide a 12 de Julho de 1780, numa casa do rossio da vila, onde então viviam seus pais e que se situa no largo hoje denominado Capitão Salgueiro Maia, junto ao que foi convento dos frades de S. João de Deus (e hoje propriedade da Misericórdia). É, portanto, o segundo prédio a contar da Igreja de São João Baptista e que ostenta uma bonita fachada toda em cantaria. Mas durante muito tempo julgou-se que Mousinho nascera na casa onde de facto a família depois viveu, na Rua do Arco da Barreira, hoje denominada de Mousinho da Silveira, junto ao arco ali existente, e onde se vê uma pedra com o brasão dos Mousinhos.

Entretanto, em 10 de Julho de 1910 descobriu-se essa pedra de armas, que estava coberta de cal, numa das paredes da mencionada casa do Arco da Barreira E em 17 de Julho seguinte a Câmara de Castelo de Vide presta com grande pompa naquela pequena rua uma homenagem ao insigne estadista, na convicção de que ali nascera o notável descendente daquela família. Foram convidadas todas as entidades locais, administrativas, civis, religiosas e militares. A Câmara Municipal estava representada pelo Vice-Presidente, Padre Severino Dinis Porto, e pelos Vereadores José de Assunção Mimoso e António Marcelino Gordo. Representava a família do homenageado Miguel de Sousa Pinto Mousinho da Silveira. Presentes também a "Filarmónica Frederico Laranjo" e a "Filarmónica União Artística". Ouviu-se então alternadamente pelas duas bandas o Hino da Carta e o Hino Nacional, e o Vice-Presidente da Câmara Municipal convida Miguel de Sousa Pinto Mousinho da Silveira a descerrar o brasão que se achava velado com a Bandeira Nacional. Seguiram-se breves palavras pelo Vice-Presidente da Câmara e os discursos do Dr. João Luís de Carvalho Cordeiro e de João António Gordo. A terminar, e já na sala das sessões dos Paços do Concelho, inaugurou-se o retrato do notável castelovidense, retrato que numa das paredes se encontrava coberto com a bandeira do Município.

No entanto, anos depois, em 1918, Possidónio M. Laranjo Coelho, na biografia de Mousinho da Silveira, comprova e esclarece, que de facto foi na atrás referida casa do Rossio, então morada dos seus pais, que nascera este distinto castelovidense.



José Xavier foi o primeiro filho do médico Francisco Xavier de Gomide e de Domingas da Conceição Mousinho da Silveira, ambos também naturais de Castelo de Vide. De uma família de proprietários, era neto paterno de Domingos Álvares e de Teresa Gomide, e pelo lado materno do Capitão Pedro António Subtil Garção e de Maria Antónia Mousinho da Silveira Torres, todos também naturais de Castelo de Vide, excepto o avô paterno, que era natural de Vendas Novas, termo de Envendos.

O Casal teve mais cinco filhos: João Mousinho da Silveira, que foi pároco da Igreja de Santa Maria da Devesa António, Emerenciana, e as duas que sobreviveram ao primogénito, Isabel Mousinho da Silveira, a mais velha das duas, que faleceu em 12 de Janeiro de 1871 e Francisca, falecida em 17 de Fevereiro de 1874, as duas na dita casa do Arco da Barreira.

Desde 8 de Abril de 1777, o Dr. Francisco Xavier de Gomide foi segundo médico do hospital militar da praça de Castelo de Vide, e pelo alvará de 15 de Novembro de 1791, é promovido a primeiro médico do mesmo hospital, tendo tomado posse deste cargo na cidade de Elvas.

Mousinho estudou em Castelo de Vide as primeiras letras; dos 5 aos 8 anos, e até aos 13 anos a disciplina de latim, disciplina que naquele tempo se estudava a rigor até ao início dos preparatórios. Dos 13 aos 16 anos José Xavier acompanhou os pais na administração dos bens da casa, período em que naturalmente começou a tomar conhecimento dessa administração. Vai para Coimbra em Outubro de 1796, matriculando-se na aula de Filosofia Racional e Moral, no Colégio das Artes, onde, até Junho do ano seguinte, frequenta os preparatórios para entrar no Curso de Leis, no qual se matricula em Outubro de 1797. Acaba o bacharelato em 1801 e o doutoramento em 10 de Julho de 1802.

Seu pai falecera em 1799, cabendo a José Xavier, no seu quinhão da herança, sete casas e vários prédios rústicos em Castelo de Vide, Marvão, Alpalhão, Nisa e Gáfete. E com mais sessenta moedas de ouro que a mãe lhe deu, paga o resto do curso e adquire a sua independência. Praticou nas audiências da corte, onde foi protegido pelo castelovidense desembargador dos agravos e corregedor do crime, Dr. António Xavier da Costa Sameiro, com quem chega a Lisboa em 1804.



Vem para Castelo de Vide onde se ocupa com a administração do património da família e com o processo da herança deixada pela avó materna, até 1804. Vai então para Lisboa, onde advoga e se encarrega de novo dos problemas patrimoniais da família, mais uma vez e ainda a questão da sucessão da herança da avó Maria Antónia da Silveira Torres. Resolvidas estas pendências, decide continuar em Lisboa, e em 1807, para poder seguir a magistratura, fez a sua habilitação à leitura no desembargo do Paço, onde leu a 17 de Março de 1807. Em 23 de Outubro de 1808 é colocado juiz de fora em Marvão, até 29 de Setembro de 1812. Aí se destacou como magistrado e onde que corajosamente estimula e organiza a defesa contra a evasão dos exércitos franceses. Por portaria do governo de 24 de Abril de 1813 é colocado juiz de fora em Setúbal, acumulando com o cargo de juiz do tombo dos bens da casa Real, no termo de Lisboa. Terá sido nessa altura que conheceu Teresa Guilhermina, com quem veio a constituir família.

Em 20 de Fevereiro de 1817 vai para o Alentejo, onde nesta data é nomeado provedor da Comarca de Portalegre e Administrador da Alfândega Grande, cidade onde nasceu o seu único filho João Mousinho da Silveira.

Por esta ocasião é pronunciado como pertencente às associações secretas e acusado de ser pedreiro livre, Mas Mousinho, com a hombridade e a natural franqueza que tanto o caracterizava, confessa ao rei a verdade, declarando ter realmente pertencido á maçonaria e pedindo imediatamente a sua demissão dos cargos. O brando rei D. João VI, que foi sempre dedicado amigo de Mousinho, com manifesta tristeza e muito contrariado, viu-se obrigado a conceder-lha.

A 24 de Agosto de 1820 aderiu ao movimento liberal no Porto.

Em 1821 foi encarregado da diligência da arrecadação da fazenda na vila de Estremoz, e da visita das comarcas de Évora e Ourique e em Abril de 1821 nomeado Administrador Geral das Alfândegas de Lisboa.

É depois convidado para Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, lugar que depois de muito instado acaba por aceitar a 28 de Maio de 1823. Um mês depois é de novo acusado de ser



pedreiro livre, demite-se, voltando à Administrador Geral da Alfândega, vindo mais tarde a abjurar do grau da maçonaria em que tinha sido investido.

No decreto que concedia a Mousinho a sua exoneração, são-lhe conservadas as honras de Ministro e Secretário do Estado honorário, distinção que, na frase de Almeida Garrett, “não era naquele tempo banal e de tarifa» como mais tarde foi. Pouco depois é agraciado com o título de Conselheiro e por decreto de 26 de Outubro de 1823 é-lhe outorgada a medalha da Restauração dos direitos da realeza, estabelecida pelo decreto de 29 de Setembro de 1823 e conhecida por “medalha da poeira”. E pelo decreto, datado de Lisboa a 8 de Agosto de 1825, é ainda distinguido com as honras de Fidalgo da Casa Real, com 1600 reis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia.

Foram talvez estas as únicas distinções a Mousinho da Silveira, que, na respeitada frase de Rebello da Silva, é “o mais ilustre estadista das épocas modernas depois do Marquês de Pombal”. As poucas distinções que se lhe concederam aceitara-as Mousinho forçadamente.

Mantendo a sua actividade no âmbito da fiscalidade, é nomeado em 12 de Novembro de 1825 membro da junta encarregada de elaborar um regimento da alfândega geral, que se pretendia estabelecer em Lisboa. Participa ainda nos trabalhos das juntas incumbidas de propor a revisão dos tratados de 1810 com o Reino Unido e de 1825 com o Brasil.

Nas eleições de Outubro de 1826 é eleito deputado pelo Alentejo e integra a Comissão da Fazenda da Câmara dos Deputados, dedicando a sua intensa acção parlamentar nos domínios de fiscalidade e da gestão do património nacional.

Em 2 de Abril de 1828 Mousinho da Silveira volta a pedir licença para se ausentar para o estrangeiro, visto que a que solicitara a 22 de Março não ter tido deferimento. Invoca o seu estado de saúde e apresenta um atestado passado pelo médico Pedro de Andrade. A causa seria também a vinda de D. Miguel, havia pouco, e a situação que se lhe criaria por uma inevitável mudança de regime. Saiu de Lisboa a 3 de Abril seguinte.



Quando de novo em Lisboa, e após a “abrilada”, foi preso, e encarcerado no Castelo de S. Jorge, donde foi libertado catorze dias depois com outros presos políticos, regressando às suas funções aduaneiras.

Com a aclamação de D. Miguel, exila-se para Paris, entre 1828 e 1832. A esta situação se refere Almeida Garrett nestes termos: “Assim viveu, feliz quanto um desterrado pode sê-lo, na grata conversação de bons amigos, e estudando praticamente as instituições e os homens, lendo bastante, meditando mais, e fazendo, à guisa de todos os emigrados, projecto sobre projecto, plano sobre plano. Dos seus porém deve dizer a justiça que nenhum era de engrandecimento pessoal, que todos tinham por objectivo a pátria que deveras amou, e a liberdade da sua terra que sinceramente tinha no coração”.

A mulher e o filho ficam definitivamente em Paris, para a educação e o futuro deste, que era a constante preocupação de Mousinho. É então convocado por D. Pedro, então Duque de Bragança, para participar na campanha pela implantação do liberalismo em Portugal. Depois de uma incumbência em Londres, sai em 10 de Fevereiro de 1832 de “Belle-Isle” com destino á Ilha Terceira. E em 2 de Março de 1832 em Angra tomou posse de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e interino dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, como se lê na notícia publicada no Archivo dos Açores, pp.14, datado de 3 de Março: *“Hei por bem, em Nome de Sua Magestade Fidelíssima a Senhora D. Maria II, Minha Augusta Filha, Nomear a José Xavier Mousinho da Silveira, do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Fazenda e Encarrega-lo interinamente do Expediente dos Negócios Ecclesiasticos, e de Justiça. A Bordo da Fragata Rainha de Portugal, surta no Porto de Angra, em trez de Março de mil oitocentos e trinta e dous.”*

É então que o ministro Mousinho da Silveira, génio de profundo e corajoso reformador, principia a prodigiosa série de diplomas com os princípios que revolucionaram a política social e económica em Portugal e trouxeram o sucesso definitivo da causa liberal.

A 23 de Abril do mesmo ano vai com D. Pedro de Angra para Ponta Delgada e a 27 de Junho parte com a força expedicionária a caminho do Mindelo. Nos Açores vê promulgados os célebres 24 decretos e uma portaria, reformulando toda a administração das Ilhas.



Desembarca no Mindelo a 8 de Julho seguindo para o Porto onde são cercados pelas forças de D. Miguel. Ali, apesar da trágica situação do cerco, ainda vê promulgadas mais algumas das suas reformas, publicando-se mais 20 decretos e uma portaria.

A 9 de Agosto, em total desacordo com o curso que levavam as finanças públicas, particularmente com os empréstimos obtidos por Palmela, e perseguido pelos seus próprios correligionários que o culpavam de radicalismo e insensatez, pede a demissão dos cargos que exercia, demissão que lhe foi concedida a 3 de Dezembro de 1832 por decreto de D. Pedro IV. Nove meses depois abandonou assim o Ministério, deixando a famosa obra legislativa que constituem os 44 Decretos e duas Portarias. A Mousinho da Silveira se deve igualmente o Supremo Tribunal de Justiça e a estruturação do Ministério Público.

Com o piorar das Finanças Públicas é demitido das suas funções de angariação de fundos e nomeado Director da Alfândega. A 19 de Março de 1833 parte de novo para Paris.

De 1834 a 1836 integra a Câmara dos Deputados, onde se desempenha com empenhamento e competência. Nas eleições de 1835 foi reeleito deputado pelo Alentejo.

A 16 de Agosto de 1836 recusa-se a jurar a Constituição de 1822 e demite-se de Director da Alfândega. Foi preso e quando libertado exila-se novamente para França.

Regressa a Portugal em 1839, entrando para a Câmara dos Deputados a 15 de Fevereiro desse ano. Permanece naquela Câmara até 1840, novamente intervindo em matérias de fazenda pública.

A 1 de Dezembro de 1844 Mouzinho é ainda encarregado de elaborar um regulamento geral das alfândegas.

Nos últimos anos da sua vida vem mais a Castelo de Vide. A sua mãe tinha morrido, já com mais oitenta anos, em penosas circunstâncias, na prisão, numa miserável cadeia. As incompreensões da política, administração dos seus bens e as dificuldades financeiras da sua casa que, principalmente a vida da



família em Paris lhe acarretava; a educação e as preocupações com vida do filho, e com pouca saúde, tudo o traziam amargurado. Restavam-lhe em Castelo de Vide as duas irmãs solteiras. Ia, por obrigação ou em passeio, às propriedades e recordava lugares e tempos passados. Ainda sofreu a perda do seu irmão padre, mais novo cinco anos do que ele, por quem tinha particular estima, e que por vezes lhe era companhia à Quinta da Ameieira, quinta que de há muito pertencia à família e que especialmente no tempo dos seus tios avós António de Torres Carrilho Mousinho e sua mulher Maria Mousinho da Silveira e Albuquerque, mais se tinha embelezado e enriquecido, e que era para Mousinho predilecto passeio.

Quanto a outros prédios do célebre ministro de D. João VI, é de salientar a Herdade do Pereiro, no concelho de Marvão, bem conhecida em Castelo de Vide e na região, formada por Mousinho com um conjunto de doze tapadas por si adquiridas, quando era juiz de fora naquela vila. Para isso, em 23 de Setembro de 1812, é-lhe passada provisão, permitindo-lhe que pudesse comprar certos bens nos limites da sua jurisdição, e que outra provisão, de D. João VI, datada de 6 de Maio de 1814, promoveu à categoria de herdade, atribuindo-lhe certas regalias e isenções.

Foi seu feitor nesta herdade João Pedro Barata e depois o filho, José Pedro Barata, grande amigo da família e que, dado o relacionamento e influência de Mousinho, estudou em França agronomia e veterinária.

Entre outras propriedades, possuía ainda a Herdade da Mourela no concelho de Castelo de Vide, e que depois foi vendida já pela viúva e por seu filho, João Mousinho da Silveira (como se lê na procuração: Fidalgo Cavaleiro da Real Casa de sua Magestade, Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, Cavaleiro das Ordens de Cristo e da Legião de Honra, Conselheiro da Legação de Sua Magestade fidelíssima em França, Consul de Portugal em Paris) e por Maria Aimei Alexandrine de Meneval, sua nora, como mencionam os documentos e a escritura de compra e venda, de 10 de Junho de 1857.

Dos seus bens constava também a célebre Herdade da Silveira, nos concelhos de Portalegre e Crato, prédio vinculado, morgadio que lhe coubera por morte de sua mãe.



Comprara ainda a quinta do Leão, no sítio da Portagem, também no concelho de Marvão.

O testamento, datado de Lisboa 12 de Março de 1849, é mais um testemunho que nos ajuda a conhecer as peculiares facetas do carácter do insigne cidadão, magistrado e político reformador, que foi Mousinho da Silveira.

Laranjo Coelho assim se lhe refere: “Desde o seu traje simples e descuidado, a sua crespa e mal aparada gaforina de filósofo e pensador, até á forma desartificiosa e original do seu estilo e da sua mal cuidada ortografia, tudo nele denotava o homem que se preocupava mais com o valor das ideias do que com o artifício da forma e das maneiras”.

Naquele documento, em que regista as suas últimas vontades, pretende que o seu corpo seja sepultado na ilha do Corvo, “mas, se isso não puder ser por qualquer motivo, ou mesmo por não querer o meu testamenteiro carregar com esta trabalhadeira, quero que o meu corpo seja sepultado no cemitério da Freguesia da Margem, pertencente ao concelho do Gavião”. E assim se cumpriu a sua determinação a 5 de Outubro de 1849.

Oliveira Martins define assim a sua personalidade: “Afastado dos demagogos e dos moderados, dos diplomatas e dos apóstolos, dos intrigantes e dos ingénuos, dos simples e dos hábeis, dos fidalgos e dos plebeus, Mousinho era um excêntrico. Concorria também para o julgarem assim o seu aspecto, os seus modos singulares, extravagantes. A vasta fronte, sobre a qual branquejavam revolidos os cabelos, abanava com desdém ao ouvir as tiradas de uns e as habilidades de outros. Passava por um visionário, e acrescia a isso ser surdo. Não tinha partido nem sequer discípulos. Era um indivíduo singular no meio da turba dos emigrados. Tinha em si uma ideia fixa, própria, sua, o que, entre gente vazia, o tornava quase grotesco. Chegavam a rir desse homem solitário, misantropo, extravagante nos modos de dizer e na maneira de apreciar as coisas”.

No dia 4 de Abril de 1849 às oito da noite morre Mousinho da Silveira em casa de seu grande amigo Francisco José da Costa Amaral, na Rua do Moinho do Vento (hoje de D. Pedro V) em Lisboa.



Em 15 de Junho de 1875 realizou-se na Freguesia de Nossa Senhora da Margem, concelho de Gavião, uma homenagem promovida pelo Jornal do Comércio, suscitada pelas cartas do Padre João Crisóstomo Ribeiro Coelho, Enfermeiro-mor da Misericórdia de Castelo de Vide, que desta vila denunciara o abandono em que se encontrava a sepultura. Inaugurou-se então o monumento em mármore, o busto de Mousinho da Silveira. Houve primeiro ofício e Missa solene, por alma do estadista, e transladação dos restos mortais do mesmo para junto do monumento, da autoria do escultor Anatole Calmels. Encontravam-se presentes na homenagem o Almirante António Sérgio de Sousa, representando o Rei D. Luís, a câmara Municipal de Castelo de Vide, nas pessoas do Presidente João António Mousinho Leote, Vice-Presidente Alexandre Nunes de Carvalho e Sequeira, do vogal João de Almeida Sarzedas júnior e do Administrador do Concelho, Manuel Francisco de Sousa e seu secretário António Carlos Farinha Pereira; o Presidente da Câmara do Gavião, Manuel Lopes Maia, o Administrador do Concelho do Gavião, José Maria Ayres de Seixas, a Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Margem, o juiz ordinário do Julgado, Dr. Adriano Pequito Seixas de Andrade, o juiz de paz, o Conselheiro Dr. António Pequito Seixas de Andrade, a comissão composta do Dr. Henrique Medore, e Balthasar Rábido, representando a redacção do Jornal do Comércio. Muito concorreram também para esta homenagem os amigos de Mousinho da Silveira, Manuel Lopes Maia, José Pedro Barata, João Maria Leitão e outros.

Ao celebrar-se o centenário da morte de Mousinho da Silveira, em 1949, Castelo de Vide assinalou a efeméride com uma romagem ao monumento na Freguesia da Margem, em que o jornal local “O Castelovidense”, em vários números publicados, se refere largamente à pessoa e à obra do notável Português.

Quando da passagem do 2º centenário do seu nascimento, a Câmara Municipal de Castelo de Vide deliberou, em sua sessão de 5 de Fevereiro de 1980, assinalando a efeméride, erigir um monumento a Mousinho da Silveira, que situou num dos jardins da vila, o Jardim Gonçalo Eanes e de que foi autor da efígie em bronze, o escultor Fernando Fonseca. A [inauguração](#) fez-se no dia 28 de Dezembro de 1980 pelas 15 horas, para o que se publicou um convite à população.



Na base do bloco de pedra, que ostenta a efígie, ficou colocado um [pergaminho](#), onde se lia: *Saibam quantos este documento venham a encontrar e ler, que aos vinte e oito dias do mês de Dezembro de mil novecentos e oitenta, ano do segundo centenário do nascimento de José Xavier Mouzinho da Silveira, nado e creado na notável Vila de Castelo de Vide, a Câmara Municipal deste Concelho, chamando a si o dever de comemorar tão importante acontecimento, procedeu neste dia à inauguração dum padrão comemorativo, simples, natural, rude até, mas que desejou belo, como forte, firme e belo foi o carácter deste Ilustríssimo Castelovidense e grande estadista de Portugal. O monumento inaugurado é obra do escultor Fernando Fonseca e seus colaboradores, nas fundações do qual fica depositado este pergaminho e uma colecção de moedas nacionais, correntes e em uso nos nossos dias, para esclarecimento dos vindouros e testemunho do que acima se relata, em fé do que se redigiu o presente escrito, e vai assinado pelos Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal e todos os vereadores e membros do seu concelho.*

Paços do Concelho de Castelo de Vide, 28 de Dezembro de 1980.

O Presidente da Câmara, Vereadores e Mário Beliz Rainho.

A Câmara era presidida por Carolino Coimbra Pina Tapadejo, sendo vereadores Elídio Guimarães, José de Alegria Rouqueiro, Manuel de Fátima Laranjo e Maria de Lurdes Carvalho Tavares Semedo.

Diogo Salema Cordeiro